



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 24

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 02 DE DEZEMBRO DE 2021

ÍNDICE

N.º 24	1
EM 02 DE DEZEMBRO DE 2021	1
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	20
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	20
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	20
3. APROVAÇÃO DE ATAS	21
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2021	21
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2021	21
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	22
4.1 AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE PARCELAS DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITAS	22
EM SÃO FRANCISCO	22
4.2 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE VALE DE FIGUEIRA” – PROC.º I-18/21/CP:	23
– APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO;	23
– APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO;	23
– DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA PARA NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO	23
4.3 EMPREITADA DE PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA PISCINA MUNICIPAL DE ALCOCHETE – PROC.º I-49/20/CP:	24
– APROVAÇÃO DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO;	24
– APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA;	24
– NOTIFICAÇÃO AO EMPREITEIRO.	24
4.4 ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	26
5. APOIOS FINANCEIROS	27
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	29
ENCERRAMENTO	29

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou por motivo considerado justificado o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de antes da ordem do dia, o senhor presidente, primeiramente, no âmbito da temática da pandemia, apresentou o relatório epidemiológico, atualizado à presente data, com os seguintes dados: 1938 casos de infeção, 52 casos acumulados (nos últimos 14 dias), 261 casos por incidência cumulativa (nos últimos 14 dias, por 100 mil habitantes), 1 óbito (nos últimos 14 dias), 1861 casos recuperados e um total 25 óbitos.

Lembrou que a autarquia continua a assegurar através dos Bombeiros Voluntários de Alcochete o transporte dos munícipes do concelho para o Centro de Vacinação Montijo/Alcochete, sediado no concelho do Montijo, através do Setor de Ação Social, de acordo com critérios de mobilidade. Nesta fase de administração da terceira dose da vacina Covid-19 e também da vacina da gripe, já foram transportados 79 utentes e num total de 447 utentes, desde o início da abertura do Centro de Vacinação de Alcochete, sediado no Samouco.

Referiu que mantém a preocupação acerca do Covid-19, realçando que a pandemia não tem dado tréguas, onde todos sem exceção têm vindo a desenvolver um trabalho muito profícuo, destacando o esforço extraordinário dos profissionais de saúde e dos profissionais da Câmara Municipal de Alcochete.

Ainda relativamente a esta matéria informou que a câmara municipal já procedeu, à semelhança do que aconteceu nas últimas 24 horas com outros municípios da península de Setúbal, à ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Alcochete com efeitos a partir das zero horas de 1 de dezembro de 2021, na sequência da resolução do Conselho de Ministros número 157 de 2021, de 27 de novembro, que declarou a situação de calamidade no âmbito da pandemia da doença COVID-19 até às 23 e 59 do próximo dia 20 de março em todo o território nacional continental.

Acrescentou que de acordo com a Lei número 80/2015 de 3 de agosto e, posteriormente com base numa segunda alteração à Lei número 27/2006 de 3 de julho, que aprova a Lei de bases da proteção civil, o número 4, do artigo 21.º refere que a declaração da situação de calamidade implica a ativação automática dos planos de emergência de proteção civil do respetivo nível territorial.

Apelou à responsabilidade de cada um, no sentido de se autodefender deste inimigo público que é considerado o número 1 do nosso país e do mundo, que tem ceifado vidas, como se teve a oportunidade de ver e de perceber neste relatório.

Atendendo ao facto de que é um assunto que pode trazer alguns transtornos ao nível da saúde pública, informou que está a decorrer uma greve dos trabalhadores da Amarsul, estimando que a normalidade, relativamente à recolha e entrega do lixo nos aterros respetivos, esteja normalizada na próxima segunda-feira.

Referiu que este assunto chegou a esta reunião de câmara no sentido de poder explicar às pessoas que não há da parte dos trabalhadores do município nenhum desleixo no que diz respeito à recolha de lixo. Foi convocada uma greve que é um direito que assiste a todos os trabalhadores e, naturalmente os trabalhadores da

Amarsul não são exceção à regra. Informa, no entanto, que existem os serviços mínimos que devem ser cumpridos, nos quais tem havido algumas falhas, mas que no dia de ontem foram supridos, tendo-se conseguido preconizar o descarregamento de 3 viaturas do município que continham lixo acumulado desde o início da semana. Mais informou que face ao exposto, é natural que a população se possa ter apercebido de uma maior aglomeração de lixo junto aos contentores. Esclareceu que está naturalmente em sintonia com a administração da Amarsul, percebendo inteiramente a situação e, por isso, da parte do executivo, não há nenhuma objeção; é uma greve de uma semana que termina na sexta-feira. No fim de semana os respetivos aterros estão encerrados e espera-se voltar à normalidade na próxima segunda-feira.

Deu nota que o requerimento que tinha sido apresentando pelos vereadores que representam a CDU teve resposta no dia de hoje, informando ficaria naturalmente disponível para os esclarecimentos que entenderem.

A senhora vereadora Natacha Patinha lamentou o relatório epidemiológico que o senhor presidente transmitiu e em nome dos vereadores da CDU endereçou as sentidas condolências aos familiares desta última vítima e de todas as vítimas que faleceram no nosso concelho por Covid-19. Relembrou também que não existem só falecimentos e problemas decorrentes do Covid-19, muitas outras pessoas estão doentes, estiveram doentes e também vieram a falecer infelizmente devido a esta pandemia.

Referiu que os problemas que o SNS apresenta, de certa forma têm sido combatidos pela resiliência dos profissionais de saúde, que têm procurado dentro das suas condições realizar as suas tarefas da melhor forma possível e dar a melhor resposta no combate às situações de doença, sendo essencial, tal como o senhor Presidente referiu, a adoção de comportamentos preventivos por todos nós.

Teve conhecimento da reativação do plano de emergência de proteção civil, e certamente que o mesmo encontrará as devidas respostas aos cenários que se poderão colocar para o futuro. Tem conhecimento de como se trabalha nesta

comissão, porque teve a oportunidade de pertencer à mesma e sabe que a câmara municipal tem uma estreita colaboração com a delegada de saúde nesta matéria.

Interrogou o senhor presidente, porque pensa que é uma informação que muitas pessoas presentes na reunião e também em casa gostariam de saber. Na sequência do que o senhor presidente afirmou no dia 23 de outubro, sobre estar em estudo um novo local para a vacinação e que não queria usar as instalações do pavilhão do Samouco de forma a não condicionar a prática de desporto e atividades do movimento associativo, questionou qual o novo local de funcionamento, ou se o município irá manter o centro de vacinação no Montijo e se sim por quanto tempo.

Questionou também acerca da vacinação das crianças que se falava muito na comunicação social, acreditando que os pais das crianças mais pequenas estarão certamente ansiosos como também é o seu caso que tem uma menina com 10 anos de idade.

Uma preocupação que tem, é se as crianças do nosso concelho vão ou não ser vacinadas, se sim quando serão e se Alcochete já recebeu doses para as crianças do concelho, bem como, se no futuro e se a toma da terceira dose do Covid-19 e a vacina da gripe vai funcionar por agendamento ou em regime de casa aberta à semelhança de que está a ser efetuado noutros municípios.

Relativamente à resposta ao requerimento apresentado pelos vereadores da CDU em 23 de outubro, agradeceu o envio da mesma, informando que só recebeu por volta das 17.00 hora, pelo que não teve oportunidade de analisar, mas certamente que o irá fazer e na próxima reunião de câmara se tiver dúvidas as mesmas serão expostas.

Interrogou o senhor presidente acerca da habitação em Alcochete, nomeadamente, qual o ponto de situação em que se encontra o programa “1.º Direito”, bem como, dado que foi falado ainda por este executivo, em junho deste ano, que se iria dar início à construção de novos fogos destinados à habitação social, pretende saber se essa construção já se iniciou, ou, no caso contrário, quando iniciará e qual o motivo.

Mais questionou se a câmara municipal equaciona no futuro, nomeadamente, no próximo orçamento, adquirir terrenos para o parque habitacional do município, no sentido de aumentar a capacidade da habitação social no concelho, equacionando ainda, se no futuro o executivo irá impor condições aos promotores imobiliários para a construção de habitações a custos controlados. Considera que o nosso parque habitacional é pequeno para as necessidades do concelho, que os preços das casas estão inflacionados e que a habitação social existente no município foi criada na perspetiva de um determinado número de população que, atualmente, é muito superior.

Uma outra questão tem a ver com os assuntos ambientais.

Os vereadores da CDU constataram através do site do município que, no dia 28 de novembro, foi desenvolvida uma ação voluntária de limpeza no polo ambiental das Hortas, integrada na Semana Europeia de Prevenção de Resíduos e com foco nos “3 R’s”: Reduzir consumos, Reutilizar produtos, Reciclar resíduos, pelo que, questionou como é que correu esta ação, qual foi o nível de participação e que entidades é que estiveram envolvidas na mesma.

Congratulou o município, porque constatou que a Associação Humana fez uma distinção pelo trabalho realizado, precisamente num destes focos que é a reutilização de têxtil e isso é naturalmente sempre de elogiar.

Por outro lado, afirmou que os eleitos da CDU tiveram conhecimento da implementação do sistema de utilização de bicicletas públicas, com vista a envolver as pessoas para práticas mais ecológicas. Pelo que, questionou como é que tem decorrido o uso deste sistema de bicicletas, se tem havido muitas inscrições, se a população tem ou não aderido, porque, no caso de não existir muita adesão, julga que o município deve criar campanhas para a sensibilização para a utilização deste sistema de bicicletas públicas, bem como, para a questão/programa dos “3 R’s”.

Ainda sobre matéria ambiental, é uma preocupação dos vereadores da CDU, acreditando que também o é do restante executivo municipal, e porque também é uma preocupação da população, relaciona-se com o lixo existente nas praias. Como

é sabido a atividade dos mariscadores, como assim são conhecidos, produz bastante lixo, nomeadamente, fraldas e luvas, porque sempre que há uma ação de sensibilização de recolha de lixo nas praias, são sempre estes a principal matéria-prima que é recolhida, pelo que, questionou se o município equaciona levar a cabo uma ação de sensibilização junto desta população que desenvolve esta atividade na praia de Alcochete e na praia do Samouco.

Também para o futuro, saber se o executivo tem pensada alguma estratégia ambiental para o município e se ponderam a criação de um gabinete para acompanhamento e criação de medidas ambientais, bem como de atividades criadas por entidades externas.

Por último, relativamente ao munícipe António Almeirim que esteve na última reunião de câmara, o qual apresentou o assunto da colocação de vasos de flores na rua Justino de Carvalho, no Samouco, com o objetivo de impedir a circulação do trânsito nesta via, considerando até uma medida positiva, tendo em conta a perigosidade que existe naquela rua. Questionou se o senhor presidente ou o senhor vereador já se tinham inteirado do sucedido e se de facto os vasos fazem sentido estar ali ou não. Pelo que lhe foi possível constatar, à data do dia de ontem, os mesmos ainda lá estavam e se com esta colocação de vasos está ou não garantido o socorro.

O senhor presidente relativamente à questão da vacinação, começou por afirmar que não disse que tinham um outro lugar, ou seja, disse que poderia, eventualmente, acionar ou implantar um novo centro de vacinação e que, eventualmente, poderia não ser no Pavilhão Municipal do Samouco, até porque à data em questão não tinha tido a orientação por parte da saúde relativamente à permissão da prática de modalidades desportivas. Afirmou que, se não existir, naturalmente outra solução, avançaria com o pavilhão de Alcochete ou do Samouco, igual ao que se fez numa primeira fase, mas como teve a oportunidade na altura de esclarecer, lida com esta temática com uma profundidade bastante grande desde o início de março de 2020, pelo que, apesar do executivo não estar doutorado sobre Covid-19, a verdade é que já tem alguma experiência para saber qual a melhor forma para lidar com a situação. Tal como disse a senhora vereadora Natacha Patinha, a melhor forma para funcionar

é ter uma articulação perfeita, tanta quanto possível, com as entidades que são competentes nestas matérias ou aquelas que, não sendo uma competência direta, possam, de facto, ter aqui um papel preponderante, tal como acontece por exemplo com a corporação dos bombeiros Neste momento já se articulou com a saúde e voltou-se a disponibilizar o concelho de Alcochete para que isso aconteça, embora este processo de vacinação terá, no limite, entre as 50 e as 100 vacinas diárias, o que de facto é muito pouco.

Deu nota que o centro de vacinação Montijo/Alcochete tem tido muitas dificuldades porque tem vacinas, mas não tem pessoas para vacinar. Continua-se a ter vacinas em recipientes que são de 6 doses e quando se abre um frasco há que automaticamente e num espaço muito reduzido de tempo administrar a respetiva vacina. Neste momento a saúde entendeu que o centro de vacinação ficaria no Montijo por uma questão de rentabilização de meios, mas, não obstante isso e tendo em conta a fase que se está a viver, a câmara municipal de Alcochete está disponível, tendo essa mesma disponibilidade sido demonstrada à saúde através da minha pessoa. Neste momento não é possível dizer onde será, porque ainda estamos a trabalhar num conjunto de alternativas, sendo uma das possibilidades o espaço onde funcionou a escola provisória do Valbom, tendo em conta que o número de vacinas diárias que não ultrapassará as 100 vacinas.

Neste momento no centro de vacinação a situação é completamente pacífica, como já referido há vacinas para administrar, mas não há pessoas para vacinar, não obstante todos os contactos, não obstante uma casa aberta que o centro de saúde Montijo/Alcochete desenvolveu.

No que diz respeito à vacinação das crianças, ainda não há nada definido, prevê-se que no dia de hoje, será transmitido ao governo, por uma associação de pediatras, o seu parecer sobre esta matéria, contudo, aquilo que desde o início se estima é que essa vacinação ocorra em crianças entre os 5 e os 11 anos e que tal virá a acontecer em meados de janeiro. Portanto, neste momento, sobre esta matéria, continua-se em articulação com a DGS, com a unidade de saúde local e, em particular com a responsável a Dra. Lina Guarda, que tem vindo a fazer um trabalho irrepreensível e

o município de Alcochete, caso assim se justifique, voltará a ter um centro de vacinação, tentando que o mesmo fique mais central possível no território, de forma a poder acolher as crianças e perspetivando a continuidade da terceira dose e eventualmente quem sabe de uma quarta dose.

Referiu que estão a ser estudadas alternativas, inclusivamente, amanhã de manhã tem uma reunião agendada para precisamente analisar as mesmas e verificar as melhores soluções, para depois, em sintonia com a saúde, poder, naturalmente, tal e qual como sempre referiu, ter no concelho de Alcochete um centro de vacinação a funcionar.

No que diz respeito à questão da habitação, considerou que Alcochete tem um problema de habitação que não é de agora; que é um problema que já tem seguramente mais de 10 anos e quando se fala nos problemas de habitação, nem sequer se está a falar das habitações a custos acessíveis, mas sobre habitações na perspetiva da habitação social. Existe um parque habitacional muito reduzido face àquilo que são as necessidades do concelho e lembra-se perfeitamente bem que no mandato anterior, aquando da tomada de posse por parte do executivo, uma das primeiras informações que obteve, é que existia em lista de espera com cerca de 130 famílias que estavam devidamente registadas e identificadas com necessidades de habitação social e para as quais não tinham absolutamente nenhuma resposta. Mais manifestou que volvidos 4 anos, esse número cresceu, a senhora vice-presidente e vereadora do pelouro provavelmente terá conhecimento dos mesmos, mas julga que andarão na casa das 150 famílias, mas o que é facto é que não se constrói habitação social de um momento para o outro. Quando o executivo tomou posse definiu um conjunto de prioridades, a câmara municipal de Alcochete é uma câmara com poucos recursos financeiros, recursos esses que foram direccionados, entre outras necessidades, para a reabilitação do parque escolar.

A Câmara Municipal de Alcochete tem muitos poucos terrenos que permitam a construção, mas equaciona-se algumas possibilidades, que até já estão em desenvolvimento.

Encontramo-nos a verificar terrenos que estejam disponíveis e que possam ser adquiridos para esse fim. Os técnicos da câmara municipal responsáveis por essa área já estão a trabalhar nesse sentido, ou seja, de identificarem que terrenos existentes no concelho que sejam compatíveis com as capacidades financeiras do município, falando sempre em aquisições a médio prazo e não a curto prazo.

Por outro lado, continuar a trabalhar no sentido de que em 2022 possa existir uma atitude de sensibilização, uma atitude pedagógica e financeira, porque qualquer entidade privada que tenha adquirido um terreno para construção, como é do conhecimento, não possui limitações da parte da câmara municipal no que concerne ao custo de venda das frações. O que estamos a avaliar é, eventualmente, é a possibilidade de, futuramente, podermos abdicar das taxas que o promotor urbanístico possa vir a ter a pagar ao município e, em contrapartida, desenvolver no loteamento algumas habitações a um custo acessível. Trata-se duma mera possibilidade, mas tudo isto terá que ser gerido com muito rigor, com muita objetividade, muita transparência, porque a câmara municipal vive fundamentalmente dos impostos diretos (IMI, e IMT, IUC, Derrama).

À data de hoje é uma verba que pouco ascende os €3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil) euros, e como tal, é uma verba extremamente reduzida para aquilo que são ainda as carências e as lacunas do concelho de Alcochete, no entanto depositam-se fortes expectativas, quer no “1º Direito”, quer também no PRR, mas são tudo coisas que estão numa fase muito embrionária.

Sobre a questão das bicicletas, o senhor presidente informou que é um assunto que nasceu por via do Setor de Juventude, é um setor que está sobre a alçada da senhora vice-presidente, dando nota que este procedimento foi implementado muito recentemente. Pensa que os dados que dispõem ainda são muito poucos, mas de qualquer das formas também referiu que o sistema, por força das circunstâncias, acabou por ser implementado há dias, e, como tal, estando em pleno inverno, o andar de bicicleta nesta estação do ano não é talvez das melhores coisas que se possa fazer. Crê que assim que a primavera chegar, assim que estiverem também em maior desenvolvimento as vias circuláveis que estão a ser criadas para além da existente na rua do Láparo, este procedimento terá outros efeitos.

Em relação ao lixo nas praias, o senhor presidente informou que foi efetuada uma grande ação de sensibilização na chamada época balnear e a verdade é que há necessidade de que essa ação de sensibilização se prolongue por todo o ano e não apenas e só na época balnear. Também há consciência que o município está completamente sozinho nesta luta, nem a Agência Portuguesa do Ambiente nem nenhum outro organismo está disponível para poder ser parte da solução deste problema. Lembrou-se ao olhar para o vereador Jorge Giro e recordou-se dele no mandato passado ter feito eco destas preocupações, contudo nunca houve por parte dos organismos competentes coragem para esse efeito. Está de acordo com a realização de uma ação de sensibilização nesta época menos frequentada pelas pessoas que procuram a praia, pelo menos uma ação de sensibilização nesta época menos frequentada do ponto de vista balnear, mas muito frequentada pelas pessoas que procuram a praia como forma de caminharem num espaço mais amplo atendendo à atual conjuntura.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares, começou por fazer um breve enquadramento da questão do “1º Direito”, afirmando que em dezembro de 2020, o município aprovou a Estratégia Local de Habitação e remeteu ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), para que desta forma e através da estratégia, isto porque é condição obrigatória, se pudesse, quer os particulares, quer a autarquia, assim como IPSS’S, etc., beneficiar dos apoios ao abrigo do programa “1 Direito”.

A 21 de maio foi assinado o acordo de colaboração com o IHRU, no âmbito dos apoios a serem concedidos. Este acordo irá permitir que se efetue, de forma faseada, o que está programado na referida estratégia para as soluções habitacionais de 84 agregados, que correspondem 236 pessoas que vivem em condições indignas. Irão ainda ser promovidas soluções habitacionais, como o arrendamento ou subarrendamento, reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, construção de prédios ou empreendimentos habitacionais. Esta é uma estratégia que tem uma visão que começou em 2021 e terminará em 2026. Trata-se de um investimento de €14.000.000,00 (quatorze milhões), cabendo ao município €7.000.000,00 (sete milhões) e o restante através do IHRU, através de financiamento bonificado.

Em 2021 o que está programado e é o que se tem feito até à data. A autarquia e através do gabinete de habitação da faculdade de arquitetura está a desenvolver o programa preliminar para aquilo que está proposto fazer, que tem a ver com os fogos construídos de raiz, nomeadamente, o primeiro que será implementado no Alto do Castelo, um prédio com 6 fogos, sendo que neste momento estamos nos estudos preliminares para passarmos à fase de projeto.

Acrescentou que as pessoas que estão em condições elegíveis para este programa estão a ser contactadas neste momento pela autarquia para se poderem candidatar ao programa “1º Direito”,

Quanto às operações que são feitas particularmente mas que estão contempladas neste acordo, as pessoas faseadamente serão ajudadas na submissão das candidaturas e daí a necessidade de constituição do Gabinete de Apoio à Habitação. Foi constituído na Área Metropolitana de Lisboa, um grupo de trabalho para o tema da habitação, dado que os problemas são transversais a todos os municípios, alguns ainda nem estratégia de habitação têm aprovada e a estratégia a nível da AML para esses municípios que ainda não têm conseguirão também candidatar-se ao PRR. O município de Alcochete como já tem a questão do “1º Direito”, vai incidir sobre este programa.

Todas as 4 operações foram objeto de candidatura ao PRR e também ao “1.º Direito”. Mais manifestou a preocupação relativamente à capacidade de resposta das empresas nos concursos para a construção dos fogos, preocupação que é transversal aos demais municípios.

Em relação à questão das bicicletas, informou que o projeto está em marcha há cerca de 2 semanas, pelo que ainda é muito cedo para se tirar algumas conclusões, mas a informação que há a nível de, por exemplo na página do município do *Facebook*, o alcance foi enorme, foi um dos vídeos mais vistos durante todo este ano de 2021 e há também dados de que muitos jovens têm procurado fazer o cartão. Frisou a existência do cartão sénior para os idosos e do cartão jovem que atualmente são

gratuitos, sendo que os trabalhadores da autarquia também têm acesso gratuito às bicicletas, bastando apenas que se registem nos serviços da câmara municipal.

Referiu que estão 6 bicicletas a circular a título experimental, não estão as 10, uma delas já teve um problema, já foi vandalizada, e partiram um farolim. Considera ser um projeto inovador no concelho e nos concelhos circundantes, pensa que é um projeto que tem muito para andar e para explorar, até porque Alcochete tem muito campo para passear, como por exemplo, passeio do Tejo e zona das salinas, portanto, espaço para lazer, passear e desfrutar não falta, mas ainda assim a perspetiva é que este será um projeto em crescente e que se pretende que se replique, quer na freguesia de São Francisco, quer na freguesia do Samouco.

Quanto à questão relativa às vacinas, reforçou que não é a autarquia que escolhe quando e onde abre o centro de vacinação, na medida em que essa é uma questão da responsabilidade da saúde, pois esta tem de disponibilizar os meios, nomeadamente, enfermeiros, médicos, pelo que sem esses meios não adianta arranjar o local e colocar-se todas as questões logísticas, porque depois a falta de pessoal será iminente e é por isso também que se juntou Alcochete com o Montijo. Como referido pelo senhor presidente, a perspetiva não é para uma vacinação em massa e de grandes números diários, mas como virá a vacina pediátrica, obviamente, que Alcochete estará disponível para, mais uma vez, servir a nossa população, se a saúde o assim entender, porque terá que existir acordo entre as duas partes.

Salientou ainda que o conhecimento que tem a nível nacional, é que no dia 20 chega a vacina pediátrica e como disse o presidente e bem, crê que antes de janeiro não se esteja a vacinar as crianças.

O senhor vereador Pedro Lavrado, relativamente à ação de voluntariado realizado no passado dia 28 no Polo Ambiental das Hortas, informou que a mesma ficou um pouco aquém das expectativas em relação à participação do público. Foi uma organização da câmara que decidiu associar-se à Semana Europeia de Prevenção dos Resíduos. Este é um caminho longo que tem que ser percorrido e tem de começar, essencialmente, pela sensibilização, em virtude de a questão dos resíduos ser uma

questão cada vez mais preocupante, que nos aflige cada vez mais. O município não tem um gabinete dedicado exclusivamente a esta matéria, tem em mente a criação de um setor que se dedique em exclusividade a estas matérias, mas até ao momento e não sabe se num futuro assim muito próximo terá condições para o fazer.

Informou que está concluído o plano metropolitano de adaptação às alterações climáticas e que é necessário agora monitorizar a sua implementação em cada um dos 18 municípios da área metropolitana. Incluído neste plano, na passada semana foi instalado no estaleiro municipal uma estação meteorológica que vai permitir controlar o nível do vento, temperatura, pluviosidade e ao longo do tempo será possível monitorizar a evolução e o impacto que as alterações climáticas terão nos 18 municípios que compõem a Área Metropolitana de Lisboa.

Salientou ainda que de facto o problema do lixo nas praias é um problema que tem muito a ver atualmente, não só, mas muito, com a atividade dos mariscadores como referiu a senhora vereadora Natacha Patinha e bem. De facto, a ideia de uma ação de sensibilização junto desta comunidade poderá ser uma ideia a ter em conta, embora tenha de ser visto em que moldes, porque é uma comunidade à qual não é fácil de “conseguir chegar”.

Em relação à questão levantada pelo senhor António Almeirim na última reunião de Câmara, ela está a ser analisada pelos serviços técnicos, esteve no local na passada semana com os mesmos, e agora o assunto está a ser analisado e assim que houver uma decisão a mesma será implementada, aquela ou outra que se entenda melhor.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que é lamentável e triste o facto do Covid-19 nunca mais largar a população e quando vem o frio a tendência é de os casos subirem. Espera que no próximo inverno já não seja assim, independentemente de as pessoas estarem ou não vacinadas, embora sabendo-se que estando vacinadas a gravidade é muito menor.

Mais referiu que está previsto o Mercado de Natal, no jardim do coreto, e sabe que muitos municípios por este país já estão a cancelar as suas atividades de Natal

devido ao aumento de casos que têm vindo a surgir nos seus concelhos e alguns também, não é o caso de Alcochete, a cancelar a passagem de ano.

Como os comportamentos preventivos passam por evitar aglomerados se os casos de Covid-19 continuarem a aumentar no concelho, se a câmara municipal pretende cancelar o Mercado de Natal como medida preventiva, à semelhança do que os outros municípios têm vindo a realizar, dado que ainda não se sabe quais são as futuras medidas que irão ser emanadas, mas antecipam-se e estão a tomar estas medidas preventivas.

Lamentou, o facto do aumento de procura para habitação social, o que não é bom sinal, se eram 130, passaram para 150, o que é de alguma forma um sinal que a oferta em habitação social tem de aumentar. Considera que, independentemente daquilo que não foi feito há 4, há 8, ou há 12 anos, tem que estar em cima da mesa o aumento da oferta, porque os casos têm vindo, como é visível e como se tem constatado, a subir e é sinal das assimetrias económico-financeiras que se vivem no concelho, ou seja, existem dados que indicam que o concelho de Alcochete é o 3.º ou o 5.º mais rico do país e depois, em simultâneo, temos um crescente número de procura para habitação social o que é sinónimo destas assimetrias e que convém estar na ordem do dia.

Também referiu que ficou contente de ouvir o senhor Presidente dizer que a Câmara Municipal de Alcochete depende muito das suas receitas próprias, IMI, IMT, a água é uma receita própria que é muito importante, ficou contente porque quando estava sentado no lado oposto, muitas vezes quando lamentava o facto do orçamento depender praticamente 2/3 (dois terços) das receitas próprias e de ser o 5.º município entre os 308, que menos dinheiro recebia do Estado, essas questões nunca eram argumentos bastantes para justificar as dificuldades financeiras do município. Agora não existem essas mesmas dificuldades, a economia cresceu, o IMT cresceu, como o senhor presidente disse, num ano atípico, também foi fruto dos trabalhos anteriormente realizados, e como costuma dizer, Alcochete é um projeto inacabado. Assim como outros deixaram trabalho para este executivo fazer, este executivo irá posteriormente deixar trabalho para os vindouros continuarem este projeto inacabado. É um facto que Alcochete depende e muito das suas receitas próprias e

costuma dizer que quando a Europa em termos económico-financeiros dá um espirro, Portugal constipa-se e Alcochete apanha gripe, porque é dos mais frágeis. Portugal ao nível da Europa, como Alcochete a nível do país, são dos mais frágeis economicamente.

Por último, referiu que de acordo com informação que obteve, a senhora vereadora Maria de Fátima Soares, salvo erro, em junho, mencionou que já era visível alguma construção ao abrigo do programa “1.º Direito”, no Alto do Castelo, mas ao que parece está tudo numa fase muito embrionária. Contudo, acredita que o tempo para essa construção irá ser recuperado. Espera que a câmara municipal consiga fazer com que os promotores privados realizem habitação a custos controlados nos futuros prédios a construir e, tendo o executivo intenção de permitir até 30% de construção na área da Coutadinha/Batel, mais espera que quando se avançar com esses projetos, se venha a prever dentro das centenas de novas habitações, habitações também a custos controlados.

Seguidamente, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Soares apresentou a seguinte declaração no âmbito do “Dia Internacional da Cidade Educadora 2021”:

«A Cidade Educadora não deixa ninguém para trás

Nas últimas décadas, as desigualdades aumentaram em muitos espaços urbanos do mundo globalizado. O crescimento económico e o desenvolvimento social têm sido distribuídos de forma desigual e têm gerado processos crescentes de fragmentação e segmentação urbana. Essa fragmentação, que caracteriza as cidades do século XXI, tem múltiplas dimensões: espacial, social, económica, política, cultural, relacional, digital, geracional e de género, que se expressa de variadas formas nas diferentes cidades e municípios do mundo. A pandemia COVID-19 só acentuou as desigualdades pré-existentes e adicionou novas barreiras e obstáculos à equidade.

Tudo isso resulta num acesso desigual da população ao disfrute dos bens urbanos, ao usufruto do espaço público, aos conhecimentos e às competências necessárias à

inclusão social, educacional e laboral. Diante do desafio apresentado por essas novas e antigas formas de exclusão social, a educação coloca-se como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a inclusão e evitem a segregação social. A educação também é vista como um processo com capacidade de promover mudanças culturais que contribuam para a desconstrução de estereótipos que provocam a rejeição e a estigmatização de certos grupos e pessoas e para combater criticamente as desigualdades, e as relações de dominação que as produzem.

As Cidades Educadoras convencidas do potencial transformador da educação colocam em prática políticas proativas e preventivas para promover a inclusão, a equidade e fazer propostas concretas para influenciar as causas da exclusão. Devido à nossa posição estratégica de proximidade e conhecimento das necessidades da comunidade, somos atores fundamentais na identificação e revisão crítica desses espaços e contextos que geram desigualdade e abandono. No contexto da pandemia, as Cidades Educadoras têm atuado com flexibilidade, criatividade e assertividade, para atender às necessidades socioeducativas que vêm surgindo, com foco especial na população em situação de maior vulnerabilidade.

Por tudo isto, o lema escolhido para a celebração do Dia Internacional da Cidade Educadora desta edição é "A Cidade Educadora não deixa ninguém para trás" e assumimos os seguintes compromissos:

Nós, as Cidades Educadoras estamos empenhadas em trabalhar para articular respostas multidimensionais inovadoras, que permitam o desenvolvimento das competências pessoais e sociais de todos os cidadãos, sem exclusões. Mobilizando todos os serviços municipais e recursos da cidade, criando alianças com a sociedade civil, promovendo procedimentos participativos e deliberativos e oferecendo oportunidades de capacitação, ao longo da vida, com especial atenção aos grupos de maior risco de exclusão social.

Nós, as Cidades Educadoras estamos comprometidas com a melhoria da qualidade do sistema educativo, pela luta contra o abandono escolar, pela coeducação e pelo

sucesso educativo de todos os cidadãos, sendo que a escola desempenha um papel central na redução das desigualdades. Uma escola que se deve reinventar continuamente para responder a novos desafios. Da mesma forma, incorporamos o cuidado como estratégia fundamental para garantir que todas as pessoas tenham os suportes necessários para se desenvolverem com plenitude e dignidade, ao longo das diferentes fases da vida.

Com isso, nós, as Cidades Educadoras pretendemos criar um município livre de segregações e barreiras físicas e mentais, acessíveis e interligadas para todos os cidadãos, e criar espaços de convivência, nos quais pessoas muito diversas possam interagir.

Em Alcochete, participamos na celebração do Dia Internacional da Cidade Educadora e estamos decididamente comprometidos em "Não deixar ninguém para trás".»

Terminou com a informação de que foi desenvolvida uma ação chamada "Brigada dos Resíduos", que aconteceu nas escolas básicas que pertencem ao município, entre os dias 22 e 26 de novembro, participaram todas as escolas nesta ação que passou por recolha de lixos, separação de lixos, etc., que foi feito quer nos CAF,S quer nos AF'S, quer nos recreios com os auxiliares.

O senhor presidente antes de encerrar este período antes da ordem do dia, relativamente à questão que o senhor vereador Jorge Giro colocou sobre o Mercado de Natal, mencionou que as decisões do executivo, são tomadas ao dia e em função das medidas impostas, daquelas que vão entretanto sendo implementadas e, enfim, no seio de uma articulação profícua que se mantém naturalmente com a saúde. Neste momento não está equacionado o encerramento do Mercado de Natal, ele ainda também não abriu, mas de qualquer das formas perspectiva-se que abra no próximo sábado dia 4, mas para já não há motivos para equacionar essa possibilidade. No entanto, se eventualmente no decurso do próprio mercado, que não vai funcionar durante o período em que a quadra natalícia se estende, será mais reduzido, se houver a necessidade essa medida será tomada, para já não se equaciona isso.

Aliás, ainda no dia de ontem foi inaugurado o Mercado de Natal de Matosinhos, anteontem o de Montijo e, enfim noutras localidades.

O senhor presidente finalizou, sublinhando que estará aqui para agir, pelo que, o executivo agirá em conformidade com as circunstâncias. Há um aspeto que nunca descurará e que tem a ver com a questão da saúde pública e dos impactos que a mesma possa ter, neste momento já se está a proceder ao cancelamento de algumas iniciativas que tinham a ver com a organização em recinto fechado. Este é um recinto aberto, não se equaciona para já essa questão, não quer dizer que não venha a acontecer no decurso do próprio mercado.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €6.029.046,70 (seis milhões, vinte e nove mil, quarenta e seis euros e setenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 17/11/2021 e 01/12/2021, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.316.868,71 (um milhão, trezentos e dezasseis mil, oitocentos e sessenta e oito euros e setenta e um cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 4080 ao n.º 4279.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada no dia 23 de outubro de 2021

Submetida à discussão, a senhora vereadora Ana Maduro propôs a seguinte alteração:

Página 8, 4.º parágrafo, 1.ª linha onde se lê: “A senhora Maria de Fátima Soares referiu que é com enorme satisfação que assume este novo mandato...” deve-se ler: “A senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu que é com enorme satisfação que assume este novo mandato...”

A senhora vereadora Natacha Patinha propôs a seguinte alteração:

Página 15, 1.º parágrafo, 11.ª linha, onde se lê: “...Contudo, está convicto que até final do semestre de 2022 se tenha algo de palpável relativamente à questão do PDM que terá a visão daquilo que é o compromisso eleitoral do Partido Socialista...” deve-se ler: “...Contudo, está convicto que até final do primeiro semestre de 2022 se tenha algo de palpável relativamente à questão do PDM que terá a visão daquilo que é o compromisso eleitoral do Partido Socialista...”

Submetida a votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade, com as alterações propostas.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro, por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ata da reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2021

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro, por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Autorização de venda de parcelas do domínio privado municipal, sitas em São Francisco

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por deliberação da câmara de 17/11/2021 foi atribuído o valor às parcelas B, C, D e G, do domínio privado municipal, resultantes da alteração do loteamento E-11/00, com o alvará de loteamento n.º 3/2002, aprovado por deliberação de Câmara de 14/04/2021 e que, nos termos do referido alvará, as mesmas se destinam a anexar aos lotes contíguos.

Assim proponho:

Que a câmara municipal delibere autorizar a venda das referidas parcelas aos proprietários dos lotes contíguos, nomeadamente:

- **Parcela B** (Art.º matricial 1656 com a área de 69,30 m² e o valor de €4.220,00) ao senhor Pedro Alexandre Barata Salgueiro proprietário do lote 5;
- **Parcela C** (Art.º matricial 1657 com a área de 59,70 m² e o valor de €3.600,00), ao senhor. Vasco Miguel Pereira Vitória, proprietário do lote 6;
- **Parcela D** (Art.º matricial 1658 com a área de 44,10 m² e o valor de €2.740,00), ao senhor. Alberto José Bragança da Rocha, proprietário do lote 7;

- **Parcela G** (Art.º matricial P-1674 com a área de 25,30 m² e o valor de €1.630,00), ao Sr. Bruno Fernando Taru Neves e senhora. dona. Ana Rita Afonso Rodrigues, proprietários do lote 4.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.2 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Requalificação da rua de Vale de Figueira” – Proc.º I-18/21/CP:

- **Aprovação do Relatório Final e Decisão de Adjudicação;**
- **Aprovação de Minuta de Contrato;**
- **Delegação de Competências no senhor presidente da câmara para notificação da Decisão de Adjudicação e Minuta de Contrato**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por deliberação do órgão executivo de 1 de setembro de 2021, foi tomada a decisão de contratar a empreitada mencionada em epígrafe. Neste seguimento decorreu o prazo para apresentação de propostas, o júri procedeu à análise das propostas, elaborou o relatório preliminar, remeteu o mesmo a todos os concorrentes para se pronunciarem ao abrigo do direito da audiência prévia e elaborou o relatório final em 23 de novembro de 2021 (que se anexa).

De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 18/20018, de 29 de janeiro (CCP), cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Assim proponho;

1. Que a Câmara Municipal delibere ao abrigo do n.º 4, do artigo 148.º e n.º 1, do artigo 76.º do CCP:
 - Aprovação do Relatório Final, parte integrante da presente proposta, e consequentemente adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente José Marques Gomes Galo, S.A. pelo valor de €505.022,70 (quinhentos e cinco mil, vinte e dois euros e setenta cêntimos), com o prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias;

2. Que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do contrato ao abrigo do n.º 1, do artigo 98.º do CCP.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Relatório Final, como **Doc. 1**.

4.3 Empreitada de Promoção da Eficiência Energética na Piscina Municipal de Alcochete – Proc.º I-49/20/CP:

- **Aprovação da Modificação Objetiva ao Contrato;**
- **Aprovação da Prorrogação do Prazo de Execução da Obra;**
- **Notificação ao Empreiteiro.**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- «1 A empreitada de “Promoção da Eficiência Energética da Piscina Municipal de Alcochete”, Proc.º I-49/20/CP, adjudicada à entidade *Wikibuild*, S.A., pelo valor de €488.869,58 (quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e nove euros, cinquenta e oito cêntimos), acrescidos do IVA, foi consignada a 2 de agosto de 2021, com o prazo de execução fixado em 180 dias, correspondendo a data de conclusão ao dia 31 de janeiro de 2022;

2. Nos primeiros 60 dias após a consignação, o empreiteiro informou o Município sobre a existência de erros e omissões de projeto, bem como da necessidade

de reforçar algumas estruturas, estruturas existentes para suportar os equipamentos preconizados em projeto;

3. A equipa projetista diligenciou de modo condizente a: i) aferição concreta das discrepâncias (remedições de projeto) e ii) validação das quantidades de trabalho. O mapa final dos trabalhos complementares, que perfaz o valor de €37.048,67 (trinta e sete mil, quarenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos), acrescidos do IVA, em anexo, faz parte integrante da proposta,
4. Os referidos trabalhos complementares resultam de circunstâncias não previstas, enquadrando-se nos termos do n.º 2, do artigo 370.º do CCP, e verificando-se de forma cumulativa as alíneas a), b) e c) do referido artigo, nomeadamente: i) os trabalhos estão inseridos nos processos construtivos preconizados para a empreitada, considerando-se que não devem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto contrato, o que poderia implicar um aumento considerável de custo para o Município e constrangimentos sérios na articulação e gestão da globalidade dos trabalhos, ii) o valor dos trabalhos complementares representa um acréscimo de 7%, não excedendo o limiar de 10% legalmente estabelecido para a consecução de trabalhos imprevistos e iii) o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos complementares não excede o limite do procedimento adotado.

Assim proponho:

1. Autorizar a despesa de €37.048,67 (trinta e sete mil, quarenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos), acrescidos do IVA;
2. Aprovar a presente modificação objetiva ao contrato, no que concerne à espécie, quantidade, preço e prazo de execução dos trabalhos complementares melhor descritos no mapa final anexo, que assim passam a

fazer parte integrante do contrato de empreitada, conforme disposto no artigo 373.º do CCP;

3. Aprovar a prorrogação do prazo de execução da obra em mais 30 dias, calculado com base nos prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos inicial para cada espécie de trabalho e ajustado ao planeamento em vigor, remetendo o término da obra para o dia 28 de fevereiro de 2022;
4. Notificar ao empreiteiro as decisões constantes das alíneas anteriores.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4 Atribuição de Ação Social Escolar

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1 do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a **2** alunos da educação pré-escolar, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, proponho que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2021/2022, com efeitos a 15 de novembro de 2021.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentado as seguintes propostas:

1. Atribuição de Apoio Financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São João Baptista de Alcochete

«Considerando que:

Os Grupos Sócio Caritativos realizam um importante e insubstituível papel social no apoio a pessoas e famílias carenciadas ou em situações de emergência por razões imponderáveis e imprevisíveis.

Com o agravamento da situação económica que o país atravessa devido aos efeitos da pandemia COVID-19, verifica-se uma tendência crescente de pedidos de apoio alimentar de novas famílias e um agravamento da situação socioeconómica das famílias já apoiadas que, devido às medidas decretadas para conter a propagação da pandemia, ficaram mais vulneráveis, uma vez que a sua economia familiar depende de atividades profissionais precárias.

Este facto, leva a que os parceiros locais que prestam o apoio alimentar no nosso concelho, enfrentem dificuldades acrescidas na angariação de bens alimentares para garantir a sustentabilidade e equilíbrio nutricional das famílias que apoiam.

Por tudo o exposto, o Município de Alcochete pretende garantir que a atividade do Grupo Sócio Caritativo de Alcochete irá manter-se com os elevados padrões de qualidade e abrangência, na assistência às famílias já apoiadas e às que poderão vir a solicitar ajuda.

Para tal propõe-se a atribuição de apoio financeiro no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São João Baptista de Alcochete, que deverá ser encaminhado para o Grupo Socio Caritativo de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

2. Atribuição de Apoio Financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Brás

Os Grupos Sócio Caritativos realizam um importante e insubstituível papel social no apoio a pessoas e famílias carenciadas ou em situações de emergência por razões imponderáveis e imprevisíveis.

Com o agravamento da situação económica que o país atravessa devido aos efeitos da pandemia COVID-19, verifica-se uma tendência crescente de pedidos de apoio alimentar de novas famílias e um agravamento da situação socioeconómica das famílias já apoiadas que, devido às medidas decretadas para conter a propagação da pandemia, ficaram mais vulneráveis, uma vez que a sua economia familiar depende de atividades profissionais precárias.

Este facto, leva a que os parceiros locais que prestam o apoio alimentar no nosso concelho, enfrentem dificuldades acrescidas na angariação de bens alimentares para garantir a sustentabilidade e equilíbrio nutricional das famílias que apoiam.

Por tudo o exposto, o Município de Alcochete pretende garantir que a atividade do Grupo Sócio Caritativo do Samouco irá manter-se com os elevados padrões de qualidade e abrangência, na assistência às famílias já apoiadas e às que poderão vir a solicitar ajuda.

Para tal propõe-se a atribuição de apoio financeiro no montante de €2.500,00 à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Brás, que deverá ser encaminhado para o Grupo Socio Caritativo do Samouco.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:10 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.